



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**OS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO JUDICIÁRIO EM
TEMPOS PANDÊMICOS:**

relatos de experiência no campo da supervisão de estágio

**THE IMPACTS ON THE PERFORMANCE OF THE SOCIAL ASSISTANT IN THE
JUDICIARY IN PANDEMIC TIMES:**

experience reports in the field of internship supervision

VIVIAN MARIA RODRIGUES LOUREIRO FELIX ¹

SOLANGE CORREIA PICADO ¹

ISABELA FEITOSA DA SILVA ²

TAINARA DE LIMA GOMES DA SILVEIRA ³

CAROLINA STHEFANY DA SILVA CORDEIRO ³

“O que melhora o atendimento é o contato afetivo de uma pessoa com outra. O que cura é a alegria, o que cura é a falta de preconceito.”

Nise da Silveira

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo socializar a atuação do Assistente Social no campo da supervisão de estágio desenvolvido com curatelados⁴ que possuem algum tipo de

1 Profissional de Serviço Social. Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

3 Estudante de Graduação. Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro

4Antigamente conhecida como “interdição” a curatela é um instrumento de proteção a todos que não possuem capacidade civil de responder pelos próprios atos. De acordo com o Código Civil, estão previstas situações

transtorno mental e/ou deficiências acompanhadas pela Equipe Técnica Interdisciplinar Cível Serviço Social Tutoria Judicial (ETIC) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em tempos pandêmicos.

Palavras-Chave: Judiciário, Trabalho, Serviço Social, Supervisão, Pandemia.

ABSTRACT:

This article aims to socialize the performance of the Social Worker in the field of supervision of internship developed with curated who have some type of mental disorder and/or disabilities accompanied by the Interdisciplinary Technical Team Civil Service Social Tutoring Judicial (ETIC) at the State Court of Justice of Rio de Janeiro, in pandemic times.

Keywords: Judiciary, Work, Social Work, Supervision, Pandemic.

I - INTRODUÇÃO:

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais no campo da supervisão de estágio no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com curatelados em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, principalmente com o advento da conjuntura pandêmica e pós-pandêmica.

Fato é que a pandemia do coronavírus trouxe à tona um cenário improvável e adverso que atingiu o planeta como um todo, exigindo um ágil reposicionamento da humanidade em prol da sua própria sobrevivência. A conjuntura pandêmica pôs na pauta do dia novas regras de cuidados ao convívio social, desmontando todo um modo de existir até então. O distanciamento social passa a regular a dinâmica das relações sociais, como medida de segurança e bem-estar.

A necessidade do distanciamento social e o seu longo período em vigor, conduziu a busca de alternativas e possibilidades de comunicação, com vistas dar prosseguimento a vida social, mas em novas bases de convivência. Assim, passados mais de dois anos desde o início da pandemia do coronavírus, vivemos um mundo mudado, mas de tempos ainda sombrios e incertos, marcado por muitas perdas humanas², pelo extremismo político e pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Neste tempo pandêmico e agora pós-

específicas em que os indivíduos estão incapazes – de forma absoluta ou relativa –, de exercer os atos da sua vida civil. Nos casos de incapacidade relativa, a lei permite que seja nomeada pessoa habilitada legalmente para exercer a função de curador, a fim de auxiliar o incapaz e gerenciar seus bens e interesses.

pandêmico, as mudanças foram velozes e profundas, exigindo afincos para acompanhar e/ou resistir aos novos tempos e seus desafios.

Assim, por meio deste artigo, objetivamos suscitar algumas reflexões sobre o trabalho do Serviço Social no judiciário com curatelados no território do Estado do Rio de Janeiro, em tempos pandêmicos e pós-pandêmicos. A metodologia adotada para o presente trabalho foi análise histórico institucional, somada a pesquisa de caráter qualitativo. De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...]. Esta metodologia permitiu descortinar o olhar em relação ao acompanhamento de sujeitos com algum tipo de transtorno mental e/ou deficiência quando compartilham suas histórias com as assistentes sociais e estagiárias através dos atendimentos e projetos desenvolvidos no Serviço Social.

II - Os impactos causados pela Covid-19 na atuação do Assistente Social: breves considerações sobre o cenário pandêmico no campo de estágio

Nesta conjuntura decorrente do COVID-19 foi preciso reescrever a condução do exercício profissional e do estágio de campo no espaço ocupacional do Judiciário, sem perder o olhar crítico e o pensar reflexivo sobre as expressões da questão social e seus impactos nas políticas públicas e no acesso a direitos sociais.

O mundo do trabalho sofre com os desdobramentos da conjuntura pandêmica, tendo adotado progressivamente os novos protocolos de segurança nas suas práticas laborativas, já que ficou evidente que a manutenção do trabalho dependia igualmente da preservação da vida humana⁵. Assim sendo, após um início confuso e inusitado, o mundo do trabalho assume forçosamente o home-office como a única possibilidade segura para aquele momento histórico. Neste cenário, com o massivo uso das tecnologias da informação, a modalidade do trabalho remoto passa a ser a regra e não mais a exceção, favorecendo uma guinada de 360 graus na condução efetiva do trabalho. As relações humanas passam a ser mediadas pela tecnologia da comunicação, estabelecendo agora o distanciamento social como uma necessidade para a defesa da vida. Nesta conjuntura pandêmica, o campo de estágio revela-se igualmente vulnerável às mudanças trazidas com este novo tempo, à

5 Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil registrou a cifra de 174.531 mortes (ESTATÍSTICA, 2020) e a cidade do Rio de Janeiro apresentou média diária de 558 casos confirmados e um total de 13.465 óbitos pela doença (INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2020). No presente ano, o Brasil registrou a cifra de 662.722 mortes (FIOCRUZ, ESTATÍSTICA, 2022).

medida que sofre os rebatimentos ocorridos no mundo como um todo e especialmente no mundo do trabalho.

No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do "maravilhoso" mundo do trabalho digital, com suas "novas modalidades" de trabalho on-line que felicitava os novos "empreendedores" (ANTUNES, 2020 p.7)."

Face a conjuntura pandêmica, o estágio de campo exigiu uma reorganização da sua lógica pedagógica, uma vez que o exercício da prática profissional ganhou novos horizontes e possibilidades, agora na modalidade remota e virtual. Modalidade de trabalho esta que fomos obrigados a incorporar rapidamente no nosso agir profissional, mas sem antecedentes históricos que nos capacitasse nesta condução. A pandemia demandou de nós todos muita abertura e investimento nos processos de trocas e parcerias com vistas a construção de um estágio remoto crítico e propositivo, que se traduza em uma vivência pedagógica fecunda da relação teoria e prática do Serviço Social. Pois, segundo a autora lamamoto (2001), a formação profissional requer:

(...) um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2001, p.144).

Portanto, foi e ainda é um desafio para profissionais, supervisores e supervisionados fazer frente a estes novos tempos, ainda presentes e surpreendentes. Diante disso, pensar a condução do estágio supervisionado se colocava como mais um desafio a ser superado, sendo assim, a condução tomou-se de forma construtiva e com uma parceria mais estreita entre supervisora de campo e estagiário, que resultaram numa maior e mais profunda análise sobre o espaço sócio ocupacional em que atua o Assistente Social.

Com o exercício profissional na modalidade de home office/teletrabalho e toda a conjuntura posta ao mundo do trabalho durante e pós pandemia, se tornou imprescindível pesquisar e buscar apoio na literatura que pudessem orientar quais os caminhos possíveis para que o exercício profissional assim como o estágio supervisionado não perdessem a sua qualidade no contexto pandêmico.

Vale destacar a relação e o comprometimento entre profissionais e estagiários para

construir caminhos possíveis no processo de supervisão, é fundamental que o estagiário possa se apropriar da realidade mas também construir a sua identidade profissional durante o processo de supervisão de estágio sendo este o espaço onde o aluno e estagiário compreende a indissociabilidade entre teoria e prática.

III- O Serviço Social no campo sociojurídico: reflexões sobre o trabalho na ETIC Serviço Social Tutoria Judicial

O assistente social inserido no espaço sociojurídico apresenta uma histórica e qualificada atuação profissional nos órgãos e setores do Poder Judiciário, com destaque para o trabalho pericial realizado nos processos judiciais, principalmente aqueles que tramitam nas Varas da Infância e Juventude e do Idoso, nas Varas de Família e nas Varas de Órfãos e Sucessões dos Tribunais de Justiça. Logo, o Serviço Social no espaço sociojurídico configura-se como uma área de trabalho especializado, que opera com as manifestações da questão social⁵, em sua interseção com o direito e a justiça na sociedade.

Fato é que no judiciário, o assistente social atua desde o final da década de 1940, fornecendo subsídios técnicos na área de sua competência profissional para a decisão judicial (CHUAURI, 2011).

Neste espaço sócio ocupacional, as requisições institucionais giram em torno da realização de Estudos Sociais de situações judicializadas, com objetivo de oferecer subsídios técnicos a decisão judicial. Portanto, vale sinalizar que a feitura do Estudo Social e a emissão do parecer tem sido identificadas como atividades significativas do exercício profissional no Judiciário.

A este respeito, de acordo com FÁVERO (2003), o estudo social,

“(...) tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (FÁVERO, 2003:42. 43).

Cabe esclarecer que o Serviço Social, apresenta uma longa trajetória neste contexto institucional, com contribuições significativas na produção de conhecimento, mas sobretudo na defesa e no acesso de direitos sociais. A criação das equipes técnicas, ETIC - Equipe Técnica Interdisciplinar Civil do Serviço Social, data de ---- com o objetivo de subsidiar tecnicamente a autoridade judiciária pela emissão dos pareceres sociais dos processos judiciais atendidos.

A ETIC – Serviço Social Tutoria Judicial foi criada no ano de 2018, por demanda institucional da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), a partir do Provimento CGJ 31/2018 que alterou o Provimento CGJ 80/2009 e estabeleceu uma equipe para atender e

acompanhar exclusivamente os usuários assistidos pela Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ).

A equipe atual é composta por três assistentes sociais e duas estagiárias de Serviço Social. O público atendido é de pessoas curateladas, adultas e boa parte já idosas, ambos os sexos, com poder aquisitivo desigual. Esta população de curatelados da Justiça, que hoje perfaz um quantitativo de aproximadamente 256 pessoas, as quais estão inseridas em instituições públicas, privadas e filantrópicas das políticas públicas (a saber: Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Saúde Mental) além de um singular grupo de curatelados, já que residem sozinhos, e majoritariamente sem suporte familiar para a condução da sua vida prática e cotidiana das políticas públicas (a saber: Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Saúde Mental) além de um singular grupo de curatelados, já que residem sozinhos, e majoritariamente sem suporte familiar para a condução da sua vida prática e cotidiana.

Cabe salientar que o perfil socioeconômico é diverso e contrastante com pessoas cuja a renda decorre de benefícios previdenciários, benefícios assistenciais e benefícios indenizatórios para pacientes vitimados por longos períodos de internação psiquiátrica. Mas há ainda aquelas pessoas que não contam com renda própria, pois aguardam o deferimento de benefícios sociais já requeridos.

Ocorre que estas pessoas curateladas pela Justiça apresentam uma singular condição humana, fato que impacta na sua vida cotidiana, trazendo à tona questões muito próprias e desafiadoras à equipe técnica do Serviço Social. Face ao exposto, a equipe técnica se debruça neste emblemático contexto, dando voz e visibilidade aos curatelados através de alguns projetos de intervenções afinados com as demandas e direitos dos curatelados, como a dignidade humana.

Neste contexto da ETIC Tutoria, que apresenta particularidades em relação às demais equipes técnicas do TJRJ, o profissional de Serviço Social é acionado a atuar para além da perícia social, uma vez que realiza um trabalho técnico de acompanhamento sistemático, continuado e propositivo, com ênfase na escuta qualificada e no acolhimento humanizado aos curatelados. Para tanto, o acompanhamento técnico, comprometido eticamente com a singularidade do outro, incorpora os princípios da humanização e da qualidade no atendimento oferecido, visando a construção e o fortalecimento dos vínculos. Nesta perspectiva foi que o exercício profissional na ETIC Tutoria Judicial vem se consolidando, fato que tornou possível idealizar projetos interventivos junto a este especial segmento populacional: os curatelados assistidos pela Tutoria Judicial. Vale discriminar brevemente estes projetos que nos últimos meses têm dado um suporte aos acompanhamentos técnicos, são eles:

- Banco de Imagem – a fotografia como recurso de acolhimento, inclusão e representatividade social;

O Banco de Imagem pelo registro da fotografia quer assegurar a visibilidade e o protagonismo de histórias pessoais mas também um olhar crítico e humano da saúde mental a partir das singularidades humanas dos curatelados.

- Juntos e Misturados;

O Juntos e Misturados é um espaço de pertencimento e acolhimento e um momento de celebração e confraternização de datas importantes e significativas na vida daqueles curatelados, enquanto sujeitos sociais, protagonistas das suas histórias.

- Roda de conversa e construção de vínculos;

A Roda de Conversa é um momento e um espaço singular e potente de convivência entre os curatelados, onde pela interação com o outro se vivencia a escuta e a fala, mas também a convivência social e a construção de vínculos de afeto e confiança.

- Sala de Estudos e Leituras;

O projeto sala de Estudos e Leituras surgiu do desejo em incentivar e fortalecer o acesso livre a leitura para todos que se interessam. Um espaço destinado não apenas à leitura e depósito de livros, mas também um ambiente que conecta e transforma pessoas, englobando o conceito de cidadania e o desenvolvimento social e cultural. O acesso ao conhecimento é revolucionário e verdadeiramente transformador. Os livros de quaisquer que sejam os temas nos proporcionam uma viagem para mundos paralelos ou até mesmo para dentro de nós, onde podemos desenvolver o pensamento crítico e o autoconhecimento. Parafraseando Paulo Freire *“É preciso que a leitura seja um ato de amor”*.

- Tecendo a rede: um olhar interdisciplinar;

O projeto Tecendo Redes: um olhar interdisciplinar visa reuniões sistemáticas com os equipamentos de saúde mental, das políticas públicas de assistência social e da pessoa com deficiência possibilitando discussão de casos para tentativas de redução de danos nas situações de vulnerabilidades em decorrência do sofrimento psíquico, rompimentos dos laços familiares e/ou comunitários e longos períodos de institucionalização dos curatelados acompanhados. Entendemos que o trabalho interdisciplinar em rede possibilita a integralidade da atenção aos sujeitos sociais em vulnerabilidades e/ou risco social.

- Tardes Culturais: um encontro marcado com a arte;

O Tardes Culturais é um encontro marcado com a arte com a intenção de provocar reflexões e conversas críticas sobre a relevância e a necessidade da arte na vida dos

sujeitos de forma geral. Esse projeto visa garantir o acesso a direitos fundamentais como a convivência comunitária e ao lazer e a cultura.

Segundo OLIVEIRA (1999, p. 34), o grupo pode propiciar interações, trocas de experiências e reflexões capazes de ampliar o desenvolvimento e a capacidade de todos os participantes. Sendo assim, o projeto Tardes Culturais: um encontro marcado com a arte, visa em todos os encontros garantir o debate entre os curatelados, equipe e participantes, promovendo a troca dessas experiências e reflexões críticas.

Para melhor ilustrar, segue cronograma do planejamento das exposições visitadas desde o início do projeto e as que ainda serão visitadas até dezembro do presente ano:

DATAS	LOCAL
Julho/2021	CCBB
Agosto/2021	Museu do Inconsciente Nise da Silveira
Setembro/2021	Paço Imperial
Outubro/2021	Museu da ALERJ
Novembro/2021	Centro Cultural dos Correios
Dezembro/2021	Museu de Arte do Rio – MAR
Janeiro/2022	Museu da Justiça
Fevereiro/2022	Centro Cultural dos Correios
Março/2022	Museu de Arte do Rio – MAR
Abril/2022	CCBB
Mai/2022	Biblioteca Nacional
Junho/2022	Paço Imperial
Julho/2022	Museu do Inconsciente Nise da Silveira
Agosto/2022	Museu da ALERJ
Setembro/2022	Museu da Justiça

Outubro/2022	CCBB
Novembro/2022	Centro Cultural dos Correios
Dezembro/2022	Museu do Amanhã

Nessa perspectiva, os projetos são frutos da atuação profissional comprometida com a ampliação e consolidação da cidadania, buscando ampliar espaços democráticos com o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito em favor da equidade e justiça social.

Dentre outras ações desenvolvidas pela equipe, como já sinalizado ao longo deste trabalho, merece destaque as articulações com a rede intersetorial, fundamentais no acompanhamento dos nossos usuários, sobretudo na área de saúde mental pela complexidade envolvida. Tais interlocuções proporcionam maior aproximação da dinâmica dos curatelados e apropriação de seu Projeto Terapêutico Singular (PTS). Esta estratégia de ação tem se mostrado profícua no desenvolvimento das atividades da equipe propiciando construções coletivas na perspectiva de viabilização de direitos. Mesmo diante das dificuldades impostas no cotidiano profissional por se tratar de uma instituição hierárquica e conservadora, a ETIC-Tutoria busca em seu fazer profissional desenvolver diferentes frentes de trabalho.

IV- Olhares atentos para as expressões da questão social: relatos de experiência

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, na qualidade de processo didático-pedagógico, se consubstancia na indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. A supervisão de estágio caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada pela inserção de estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os assistentes sociais capacitando-o nas dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico operativa para o exercício profissional.

De certo que para estudantes da graduação a inserção no campo de estágio obrigatório supervisionado é um momento cercado de inseguranças e ansiedade, a experiência deste momento por estas estagiárias fez-se igual. Alocadas na Equipe Técnica em Serviço Social da Tutoria Judicial do TJRJ, estagiárias puderam concretizar nesta aproximação uma visão ampla das condições concretas do fazer profissional na referida

instituição – todo seu potencial, e, claro, contradições e limitações, uma vez que ao atuar com sujeitos que possuem algum tipo de transtorno mental há um aprendizado amplo sobre as diversas faces de atuação do assistente social no Tribunal de Justiça.

Sendo este um espaço enriquecedor para a formação profissional, em que ocorre desde a formulação de projetos à intervenção do assistente social e a possibilidade de interlocução com diversas áreas para uma ação efetiva, foi a partir desta vivência que surgiu a necessidade de aprofundar um pouco mais a relação dos curatelados com a equipe que os acompanha, já que entendemos a importância de qualificar as intervenções realizadas, e de compreender, ainda mais, suas subjetividades. De acordo com BURIOLLA (2001):

“O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente” (BURIOLLA, 2001, p.13).

Isto é, a sua operacionalização compreende um conjunto de sujeitos, sobretudo: o estudante, o professor supervisor acadêmico, o assistente social supervisor de campo, todos diretamente envolvidos na relação ensino aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na condução das atividades pedagógicas da supervisão (ABESS CEDEPSS,1997).

Durante o período em que se fez necessário a criação de um projeto de intervenção por parte destas estagiárias, se colocou o desejo de acompanhar mais de perto a relação dos curatelados assistidos com a arte – essa em seu sentido amplo: música, poema, dança, quadros artísticos etc., já que esses sujeitos possuem, em sua maioria, uma relação com ela. Esta inquietação fez parte tanto das apreensões adquiridas no decorrer do processo de graduação em Serviço Social, quanto das experiências de estágios já pré-estabelecidas, resultando na elaboração do projeto supramencionado: Diálogos Culturais na Contemporaneidade.

A proposta do projeto tem por objetivo possibilitar uma tarde cultural para os usuários atendidos no setor, levando-os a refletir de forma crítica sobre temas diversos e atuais. Para alcançar tais objetivos, serão realizadas atividades que envolvam a música, imagens, leitura, a exibição e debates de curtas e documentários.

Este espaço de apreensão possibilitou novos olhares sobre o que é o Serviço Social enquanto profissão que atua diretamente no campo das expressões da questão social e de como se dá sua prática na área da saúde mental no campo sociojurídico.

A título de resgate e contextualização, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, em 6 de abril de 2001 a Reforma Psiquiátrica no Brasil foi efetivada através da Lei

nº 10.216, onde não apenas passou a assegurar os direitos da pessoa com transtorno mental, mas também incluiu em seu corpo, como forma de artigo primeiro, a não discriminação desta população:

“Art. 1: Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.”

É, especialmente dentro do movimento artístico-cultural, que podemos apreender e refletir com mais vigor crítico a correlação que há entre a chamada “loucura” e a arte. Amarante e Torre (2007) afirmam que “(...) os atores do processo de reforma psiquiátrica vêm produzindo não só novas possibilidades de vida, expressão e inclusão social para os sujeitos em sofrimento mental, mas também a construção de um novo lugar social para a loucura”, isto é, essas manifestações artístico-culturais vindas através deste grupo de pessoas conseguem romper o estereótipo de que pessoas com transtorno mental são incapazes – seja no campo das relações sociais ou até mesmo no de conseguir produzir algo válido do ponto de vista social ou econômico, como também apontado pelos autores mencionados anteriormente.

Diante do já exposto, é fato que a atuação profissional alocada no campo da saúde mental deve estar agarrada a uma concepção ampliada e integral de saúde, tendo o Sistema Único de Saúde – SUS como uma de suas bases, já que este possui como pilares sustentadores 3 principais pontos:

- *universalização*: saúde como um direito de cidadania de todas as pessoas, cabendo ao Estado o dever de assegurar este direito, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais;
- *equidade*: entendendo que os sujeitos são diversos, plurais e possuem necessidades distintas, este busca “tratar desigualmente os desiguais”, investindo mais onde a carência é maior;
- *integralidade*: o conceito de considerar as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades – incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação, além da articulação da saúde com outras políticas públicas, para assim assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos (BRASIL, 2021).

Ou seja, pensar a saúde – física e mental – implica pensar a relação deste corpo em seu contexto econômico, social e cultural, perpassando pelos campos da moradia, do saneamento básico, do acesso à renda e alimentação de qualidade, educação e lazer:

“A nova concepção de saúde mental, que visa priorizar o indivíduo e não a doença, oferecendo-lhe tratamento humanizado e de qualidade, resultou na criação de novos mecanismos e espaços de tratamento que provocam para a necessidade de uma ação intersetorial com as demais políticas sociais e de um trabalho pautado no fortalecimento e atuação em rede, que possibilite uma intervenção integrada, visando à integralidade no atendimento ao usuário.” (Bredow e Dravanz, 2010, p. 232)

Portanto, é possível analisar a crescente importância da atuação profissional do assistente social no campo da Saúde Mental, principalmente pela inclusão dos usuários e familiares nas políticas, ações de cidadania e ações de direitos do sujeito e na questão social que vivencia o usuário e sua família (Scheffer e Silva, 2014).

V- Conclusão

Neste trabalho, buscou-se refletir sobre os desafios postos aos assistentes sociais supervisores de estágio no judiciário no campo da saúde mental em tempos pandêmicos e todos os limites que se colocam a frente destas atividades em decorrência da atual conjuntura política e social.

Diante do já exposto, por certo que a supervisão possui como finalidade desenvolver uma contínua reflexão da prática profissional, o CFESS (2008) aponta que:

“A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica” (CFESS, 2008, pag.02).

Destaca-se a importância do Estágio Supervisionado em Serviço Social, pois a partir desse compromisso entre supervisor de campo, estagiário e supervisor acadêmico foi possível traçar projetos de intervenção que contribuem na realidade dos sujeitos e, sobretudo, na instituição, que historicamente visa a garantia da Ordem e da Justiça. Pensando nisso, durante o processo de supervisão buscamos construir o pensamento crítico para intervir de forma propositiva frente a realidade institucional e social.

Por fim, diante de um cenário pandêmico e altos índices de aprofundamento das desigualdades sociais em nosso país, a ETIC Serviço Social Tutoria Judicial transcendeu a lógica institucional para construir um espaço acolhedor e de pertencimento para todos os sujeitos envolvidos, curatelados, profissionais e estagiários em consonância com o projeto ético-político profissional voltado para construção de uma nova ordem societária e compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários que acessam a Justiça.

VI – Referências Bibliográficas

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. **Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil**. Dossiê: O governo da Saúde Mental em Portugal e no Brasil, 2017; 21(63):763-74. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2017.v21n63/763-774/pt>>. Acesso em 10 abr. 2022

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

___. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. (Recurso digital).

BARISON, M. S. & GONÇALVES, R.S. **Judicialização da questão social e a banalização da interdição de pessoas com transtornos mentais**. Serviço Social & Sociedade, n.125, p.41-63, SP: Cortez, 2016.

BRASIL. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona**. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus-estrutura-principios-e-como-funciona>>. Acesso em 10 abr. 2022. CFESS.

Teletrabalho e tele perícia: orientações para os assistentes sociais. Brasília, julho de 2020.

CHUAIRI, Silvia Helena. Assistência Jurídica e Serviço Social: Reflexões Interdisciplinares. In **Serviço Social & Sociedade. Nº 67**. Ano XXI. Cortez: 2001.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL. In: **Assistente Social, Ética e Direitos**. Coletânea de leis e resoluções. CRESS/RJ, 2002.

CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL -7ª Região. **O Serviço Social e o sistema sociojurídico**. Revista em Foco. Rio de Janeiro, maio de 2004.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. Cortez Editora/CFESS (org.), São Paulo, 2003.

___. **O exercício profissional da/o assistente social em espaços sócio ocupacionais do sociojurídico no contexto da pandemia e do teletrabalho**. NCA-SGD, Boletim nº 01. Maio 2020, PPGSSO. PUC-SP.

FELIX, Vivian Maria Rodrigues Loureiro; BARRETO, Roberta Cristina Bastos; PEQUENO,

Andreia Cristina Alves; OLIVEIRA, Melissa Botelho de. **A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19.** LexCult, [s. /], 2020. DOI <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n3p195-214>. Disponível em:

<http://177.223.208.8/index.php/LexCult/article/view/467/303>. Acesso em: 3 jul. 2022.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. **Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 366-393, abr./jun. 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/hmm93SyZXS8DrjnxFwgYCFh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 abr. 2022.

,

,